

A formação para a docência universitária em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração no Brasil

Amanda Ribeiro Vieira

Instituto Federal de São Paulo – Câmpus Sertãozinho
aveira@ifsp.edu.br

Adriana Backx Noronha Viana

Universidade de São Paulo
backx@usp.br

Resumo

O presente estudo teve por objetivo descrever a formação para a docência universitária dos programas de mestrado e doutorado em Administração no Brasil. Para atingir este objetivo foram utilizados a análise documental e o levantamento. Sobre a formação para a docência universitária dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, verificou-se a predominância de duas atividades na estrutura curricular destes programas: disciplinas de formação pedagógica e estágio de docência. Entre os 35 programas analisados, 27 oferecem disciplinas de formação pedagógica. Apenas em 12 programas, estas disciplinas são obrigatórias para os alunos matriculados. Não foi observada homogeneidade em relação à quantidade de créditos atribuídos a estas disciplinas, tampouco quanto à carga horária. O estágio de docência foi identificado em 34 dos 35 programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração analisados. Acerca da obrigatoriedade do estágio de docência, para vários programas, esta atividade é obrigatória apenas para os alunos bolsistas. Também não foram verificadas homogeneidade no número de créditos, tampouco na quantidade de horas atribuídos à realização do estágio de docência dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração. Com base no trabalho realizado, verificou-se que não há evidências de que a formação inicial voltada à docência universitária oferecida pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração contribua efetivamente para o desenvolvimento de competências docentes.

Palavras chave: formação docente; professores universitários; pós-graduação *stricto sensu* em Administração.

Pós-graduação *stricto sensu* em Administração no Brasil

A pós-graduação *stricto sensu* em Administração, que compreende os programas de mestrado e doutorado, teve início no Brasil em 1967, com o programa de mestrado em Administração da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (GUIMARÃES et al., 2009). Na década de 1970, foram criados mais oito cursos de mestrado em Administração localizados no Distrito Federal, em Minas Gerais, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em Santa Catarina e em São Paulo. Ainda neste mesmo período, foram criados três cursos de doutorado em Administração, sendo dois em São Paulo e um no Rio de Janeiro (GUIMARÃES et al., 2009).

Nos últimos anos, a pós-graduação *stricto sensu* em Administração alcançou grande crescimento como pode ser observado na Tabela 1, que apresenta a evolução do número de programas de mestrado e doutorado em Administração no Brasil.

Tabela 1 - Evolução do número de programas *stricto sensu* de Administração por nível de curso no Brasil

Ano	Mestrado Acadêmico	Mestrado Profissional	Doutorado	Total
1998	18	3	8	29
2000	23	4	8	35
2003	34	16	11	61
2006	44	19	16	79
2009	53	22	23	98
2011	57	32	29	118
2014	62	53	37	152

Fonte: elaborado pela autora com base em Cirani, Silva, Campanario (2012, p. 771) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2014)

Para Cirani, Silva e Campanario (2012), a expansão observada no número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* pode ser explicada não só pelos estímulos orçamentários do governo destinados a essa modalidade de ensino, mas, sobretudo pelo aumento da demanda da sociedade por maior nível de escolarização, que se tornou uma exigência para o ingresso no mercado de trabalho. Como consequência do crescimento do número de programas de pós-graduação *stricto sensu*, houve um aumento no número de alunos matriculados neste nível de ensino. A Tabela 2 revela a evolução do número de matrículas por nível de curso.

Tabela 2 - Evolução do número de alunos matriculados nos programas de pós-graduação *stricto sensu* de Administração no Brasil

	Mestrado Acadêmico	Mestrado Profissional	Doutorado	Total
2000	2.042	335	309	2.686
2003	1.797	1.049	415	3.261
2006	2.065	1.368	545	3.978
2009	2.585	1.172	904	4.661
2011	2.642	1.525	1.225	5.392

Fonte: elaborado pela autora com base em Cirani, Silva e Campanario (2012, p. 777)

Embora ocorra uma expansão do número de programas de mestrado e doutorado e que estes

“sejam considerados atualmente o principal meio institucional de preparação de professores para o Ensino Superior, não contemplam de modo geral a formação pedagógica” (GIL, 2009, p. 20).

Os aspectos relativos à preparação pedagógica para o ensino raramente são parte desses cursos, em que pesem alguns avanços importantes, ainda que insuficientes, como a disposição de alguns cursos de pós-graduação *stricto sensu* de incluir nos seus currículos a disciplina de Metodologia do Ensino Superior e a criação do estágio de docência, iniciado pela Universidade de São Paulo (USP) em 1992 e instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como obrigatório a todos os seus bolsistas a partir de 1999. (ALMEIDA, 2012, p. 64).

Patrus e Lima (2012, p. 1) expõem que os programas de pós-graduação *stricto sensu* “estão prioritariamente voltados para a formação do pesquisador, e visivelmente distantes da formação pedagógica”. A esse respeito, Fischer (2006, p. 194) argumenta que:

a formação de pesquisadores teve prioridade até o início da primeira década do novo milênio. O fato de haver um trabalho final dissertativo no mestrado e uma tese de doutorado, como requisito formal dos cursos de pós-graduação, teve como consequência o reforço nos currículos de disciplinas e de outras atividades voltadas à formação do pesquisador. Todos os programas têm disciplinas voltadas à formação do pesquisador. Ainda assim, muito poucos têm disciplinas e outras práticas voltadas à formação do professor.

Para Souza-Silva e Davel (2005, p. 128), os órgãos governamentais que regulam o ensino superior em Administração privilegiam muito mais a formação do pesquisador do que a do docente. “Não há qualquer lei que obrigue a formação específica para professor no ensino de Administração. O único pré-requisito legal é possuir formação superior na área”. De acordo com Patrus e Lima (2012, p. 1), este fato ocorre, pois a formação do professor nos cursos de mestrado e doutorado está relacionada com

o caráter performático da avaliação da Capes, órgão responsável pela regulação e avaliação dos programas *stricto sensu*. Sintomaticamente, a referida avaliação reconhece a produção intelectual como a principal medida de qualidade da pós-graduação. Com isso, termina inibindo ações voltadas para a formação e valorização do docente. Nessa trilha, a atividade de ensino parece atrapalhar a pesquisa, razão pela qual, não raro, é encarada como os ossos do ofício.

Esta situação contraria o pensamento de Demo (2006, p.14), que declara: “quem ensina carece pesquisar; quem pesquisa carece ensinar. Professor que apenas ensina jamais o foi. Pesquisador que só pesquisa é elitista explorador, privilegiado e acomodado”. Não há ensino se não há pesquisa, pois a ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos de reprodução imitativa. No entanto, isto também não pode ser levado ao extremo oposto, do professor que quer ser apenas pesquisador, isolando-se no espaço de produção científico (DEMO, 2006).

Assim, os programas de pós-graduação, ao priorizarem a formação do pesquisador não promovem necessariamente a melhoria da qualidade docente dos mestres e doutores. Ou seja, estes cursos oferecem aos professores a titulação que, entretanto, não lhes confere necessariamente a competência para ensinar com qualidade. Para a docência, não basta o saber fazer ou o saber pesquisar. São também necessárias a formação didático-pedagógica do professor universitário e o desenvolvimento pessoal. (PATRUS; LIMA, 2012, p. 6).

Vasconcelos (2000) argumenta que a formação didático-pedagógica, que é a faceta que caracteriza de fato o professor, nem sempre acontece, pois no caso do docente do ensino superior não é requerida do ponto de vista formal, com o devido respaldo de exigências

legais. Diante deste contexto, o presente estudo teve por objetivo descrever a formação para a docência universitária dos programas de mestrado e doutorado em Administração no Brasil.

Procedimentos metodológicos

Neste estudo, os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa documental e o levantamento (*survey*). Para a pesquisa documental, foram utilizados como fontes de dados: os regimentos internos, normas, portarias e estruturas curriculares de 35 programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração. Estes documentos foram encontrados nos *sites* dos referidos programas e no *site* da CAPES. O período de coleta de dados ocorreu entre os meses de março e maio de 2014. O critério para escolha dos programas de pós-graduação em Administração analisados foi o oferecimento simultâneo de cursos de mestrado e doutorado. Optou-se por realizar o levantamento (*survey*) visando à complementação e/ou à confirmação das informações obtidas por meio da pesquisa documental. Desta forma, foi enviado um questionário via *e-mail* às secretarias e às coordenações dos 35 programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração selecionados. Os questionários foram enviados em três momentos distintos entre os meses de abril e maio de 2014 aos *e-mails* das secretarias e das coordenações dos programas selecionados. Os envios foram realizados nos dias 15 e 23 de abril e no dia 02 de maio de 2014. No total, 10 programas responderam ao questionário, obtendo-se uma taxa de resposta de 28,6%.

A formação para a docência universitária dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração no Brasil

Entre os 35 programas analisados de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, que oferecem simultaneamente os cursos de mestrado e de doutorado, 19 programas estão localizados na Região Sudeste, nove na Região Sul, cinco na Região Nordeste, um na Região Norte e um na Região Centro-Oeste. Destes programas, 18 são provenientes de instituições particulares de ensino superior, 13 de instituições federais de ensino superior, três de instituições estaduais de ensino superior e um de instituição municipal de ensino superior. A maioria dos programas analisados obteve notas quatro e cinco na última avaliação trienal de 2013 realizada pela CAPES. Apenas dois programas alcançaram nota seis e outros dois, atingiram a nota máxima, sete.

Com relação à formação para a docência universitária dos programas analisados de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, verifica-se a predominância de duas atividades na estrutura curricular destes programas: disciplinas de formação pedagógica e estágio de docência. Este fato pode ser explicado, pois de acordo com Chamlian (2003), os cursos de pós-graduação foram criados no Brasil com o objetivo de formar professores competentes para atender à expansão do ensino superior, assegurando à elevação dos níveis de qualidade. Mas, além disto, estes cursos também tinham como finalidade o estímulo ao desenvolvimento da pesquisa científica, por meio da preparação adequada de pesquisadores. Os diversos planos nacionais de pós-graduação, mediante medidas concretas, acentuaram cada vez mais esse último objetivo. No entanto, os programas de pós-graduação continuaram a ser, ainda que de forma secundária, a via preponderante de formação do professor universitário (CHAMLIAN, 2003).

Com a expansão do sistema de ensino superior, a tarefa de gestão e controle desse sistema, por parte do governo federal, torna-se cada vez mais complexa, uma vez que a diversidade das instituições existentes e a qualidade do ensino oferecido passam a exigir normas disciplinadoras e orientadoras. É com esse caráter que se recomenda, por exemplo, a criação

da disciplina Metodologia do Ensino Superior como uma disciplina pedagógica, na pós-graduação (CHAMLIAN, 2003, p. 45). Ainda em conformidade com Chamlian (2003), o sistema superior privado, gradativamente, passou a oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*, que não conduzem à obtenção do mestrado e do doutorado, mas que, de algum modo, ofereciam uma espécie de aperfeiçoamento e preparação à atividade docente nessas instituições. A disciplina Metodologia do Ensino Superior era parte integrante da maioria dos currículos desses cursos.

Dos 35 programas analisados, 27 oferecem disciplinas de formação pedagógica. Entre os programas que oferecem disciplinas de formação pedagógica, apenas em 12 programas, estas disciplinas são obrigatórias para os alunos matriculados. Também não se observa uma homogeneidade em relação à quantidade de créditos atribuídos a estas disciplinas, tampouco quanto à carga horária. Diante destes dados, foi corroborada em partes a proposição (P₁): Há disciplinas de formação pedagógica na estrutura curricular dos programas de pós-graduação em Administração analisados e foi refutada a proposição (P₂): As disciplinas de formação pedagógica são obrigatórias para os alunos matriculados nos programas de pós-graduação em Administração analisados.

Sobre o estágio de docência, Chamlian (2003) comenta que no início de 1999, uma medida adotada pela CAPES, tornou obrigatório o estágio docente supervisionado como parte das atividades dos bolsistas de mestrado e de doutorado sob sua tutela, apontando para a necessidade de alguma formação de caráter pedagógico para aqueles que, realizando cursos de pós-graduação, têm na atividade docente em nível superior um campo de trabalho possível. Isto justifica a existência de estágio de docência em 34 dos 35 programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração analisados, corroborando em partes a proposição (P₃): Há estágio de docência nos programas de pós-graduação em Administração analisados. Acerca da obrigatoriedade do estágio de docência, para vários programas, esta atividade é obrigatória apenas para os alunos bolsistas. Não foram verificadas homogeneidade no número de créditos, tampouco na quantidade de horas atribuídos à realização do estágio de docência dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração. Assim, não foi corroborada a proposição (P₄): O estágio de docência é uma atividade obrigatória para todos os alunos matriculados nos programas de pós-graduação em Administração analisados.

Considerações finais

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determina que a preparação para o exercício do magistério superior deve ocorrer prioritariamente nos programas de mestrado e doutorado. Entretanto, a LDB não especifica a obrigatoriedade da formação pedagógica para o exercício do magistério superior diferentemente do exigido para os demais níveis de ensino. Como resultado, os programas de pós-graduação *stricto sensu*, lócus de formação do professorado universitário no Brasil, privilegia a formação científica em detrimento da formação pedagógica. Com base no trabalho realizado, verificou-se que não há evidências de que a formação inicial voltada à docência universitária oferecida pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração contribua efetivamente para o desenvolvimento de competências docentes.

Agradecimentos e apoios

Agradecimentos a CAPES pelo apoio financeiro – processo nº 7086/13-0.

Referências

ALMEIDA, M. I. **Formação do professor universitário do Ensino Superior: desafios e políticas institucionais**. São Paulo: Cortez, 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas. Área: Administração**. Brasília: CAPES, 2014. Disponível em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=60200006&descricaoArea=&descricaoAreaConhecimento=ADMINISTRA%C7%C3O&descricaoAreaAvaliacao=ADMINISTRA%C7%C3O%2C+CI%CANCICAS+CONTC%1BEIS+E+TURISMO#>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

CIRANI, C. B. S.; SILVA, H. H. M.; CAMPANARIO, M. A. A evolução do ensino da pós-graduação estrito sensu em administração no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**. Rio de Janeiro, v.16, n.6, p. 765-805, nov./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v16n6/a02v16n6.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2006.

FISCHER, T. Uma luz sobre as práticas docentes na pós-graduação: a pesquisa sobre ensino e aprendizagem em Administração. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 4, p. 193-197, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552006000400010&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 set. 2012.

GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas: 2009.

GUIMARÃES, T. A. et al. A rede de programas de pós-graduação em administração no Brasil: análise de relações acadêmicas e atributos de programas. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. 4, p. 564-582, out./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v13n4/a04v13n4.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2013.

PATRUS, R.; LIMA, M. C. Entre a formação de professores e de pesquisadores nos programas de pós-graduação strito sensu em Administração: contradições e alternativas. In: ENCONTRO DA ANPAD, 36, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. p. 1-16.

SOUZA-SILVA, J. C., DAVEL, E. Concepções, práticas e desafios na formação do professor: examinando o caso do ensino superior de Administração no Brasil. **Organização e Sociedade**. Salvador, v.12, n.35, p.113-134, out./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=236>>. Acesso em: 22 set. 2012.

VASCONCELOS, M. L. M. C. **A formação do professor do ensino superior**. São Paulo: Pioneira, 2000.